

Bateria

Adler Homero Fonseca de Castro¹

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre seus bens de arquitetura militar, tem apenas um bem tombado denominado “bateria”, apesar desse não ser o nome da inscrição, mas sim de uma parte de um conjunto tombado. Trata-se do “fortim ou bateria da costa”, parte do Município de Porto Seguro (Processo 800-T-68, inscrito, em 1º de março de 1973, nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico). Uma única inscrição poderia levar a crer que esse tipo de estrutura defensiva não foi usual, e até o senso comum ignora a existência desse tipo de obra militar: em dicionários da língua portuguesa, as definições do termo começam por palavras de uso mais comum, como a bateria de energia de aparelhos elétricos e de carros, ou o instrumento musical de percussão. Incluem outras nove definições diferentes, apenas as duas últimas relativas ao tema militar. Mesmo em um dicionário especializado recente, entre quatro definições militares para o termo, apenas na última e em parte, é definida o que seria a obra de arquitetura militar, como o “conjunto de bocas de fogo em posição para o tiro ou instaladas em uma posição fortificada.” (BIBLIEX, 2005).

No entanto, tal obra defensiva foi, de longe, a mais comum em todo o Brasil, havendo até hoje várias delas remanescentes em nosso território e muitas tombadas, só que com outros nomes. Para entendermos os motivos disso, devemos ver o que era realmente uma bateria: o termo surge de *bater*, que tem o mesmo sentido de hoje, de golpear. A bateria seria o local onde se instalam peças de artilharia para disparar, “bater”, com seus projéteis, um inimigo. Podia ser de vários tipos, de acordo com o tipo de arma utilizado nela: de *canhões*, de *obuseiros*, de *morteiros*, de *foguetes*, ou de *metralhadoras*. De acordo com o uso previsto para ela ainda era classificada como sendo de *sítio*, destinada a atacar uma fortificação; de *costa*, posição defensiva na costa; de *campanha*, uma obra temporária; ou de *praça*, aquelas que faziam parte de uma fortificação permanente.

¹Graduado em história (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).

Em termos de forma, as baterias podiam ser com *canhoneiras*, ou seja, com aberturas nos muros por onde as peças de artilharia faziam fogo, ou *a barbete*, com os canhões disparando por cima do muro – o primeiro tipo era mais adequado para baterias de terra, pois permitia que os artilheiros ficassem protegidos contra os disparos feitos por inimigo. Por outro lado, as posições com peças a barbete davam um maior campo de tiro para os canhões da posição, sendo mais adequadas aos fortes marítimos. Em vários momentos da história da arquitetura militar no Brasil se deu preferência a um ou outro tipo. A partir do início do século XIX foram adotados como padrão para as fortificações costeiras os muros a barbete, tendo muitas fortificações sido alteradas para esse padrão, perdendo suas canhoneiras.



Forte de São Marcelo, Salvador, BA. Processo inscrito, em 24 de maio de 1838, nos livros do Tombo Histórico e de Belas Artes. A planta, de 1799, mostra o forte com seu desenho original, com os muros tendo canhoneiras. A foto, de 1866, mostra sua configuração estabelecida na década de 1820, com as peças disparando a barbete, por sobre o muro (CASTRO, 2013).

As baterias podiam ainda ser *fechadas*, isto é, com muros ao seu redor, sendo diferenciadas dos redutos por fazer fogo em mais de uma direção. Ao contrário do forte, não eram plenamente defensáveis por todos os lados – um fator importante, pois algumas construções que são chamadas “fortes” no Brasil, na verdade, são baterias, por suas muralhas serem muito baixas, não se destinando a impedir um ataque de infantaria, apenas a proteger as peças.

Todos esses tipos de bateria têm como característica básica apenas a função de proteger as peças de artilharia que são instaladas nelas, de forma que não há uma definição arquitetônica do que seria esse tipo de posição. Entre todos, o mais comum, contudo, era a bateria aberta, sem defesas na sua parte de trás, com posições de canhões apontando para mais de um lado – esse era o tipo usual no Brasil, de longe a forma mais construída.



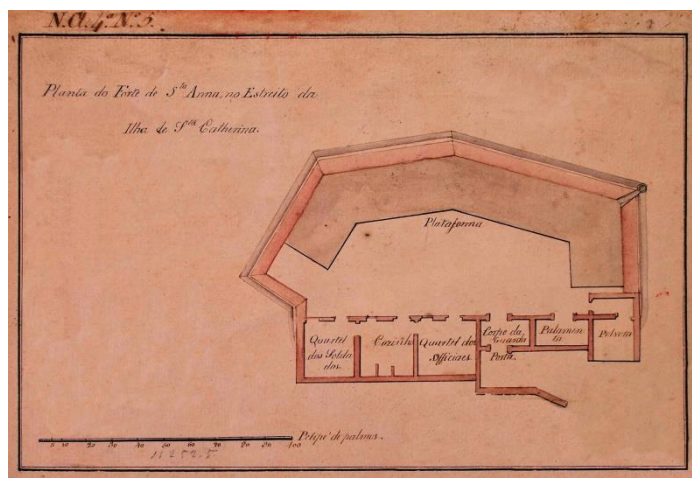
Remanescentes da fortaleza da Ponta da Areia, São Luís (MA), Processo 930-T-75, inscritos, em 6 de agosto de 1975, no Livro do Tombo Histórico. A posição, sendo isolada e, além disso, de pequenas dimensões (1.850 m²), certamente não é uma fortaleza. Originalmente era cercada por todos os lados por um muro, mas a pequena altura deste, com as canhoneiras colocadas praticamente no nível do solo, não permite dizer que era, sequer, um forte, pois não podia resistir a um ataque por terra. Tecnicamente, seria mais uma bateria, uma posição onde as bocas de fogo ficariam protegidas contra o fogo inimigo. Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

A razão dessa opção defensiva foi, em parte, técnica, em parte, cultural. Do ponto de vista técnico, um especialista em arquitetura militar escreveu:

fortificações na costa devem [...] ser capazes de realizar a dupla tarefa de interditar a passagem de navios e resistir a ataques terrestres – duas qualidades diferentes e independentes. A primeira exige apenas uma disposição, em números e nas proporções adequadas, de canhões pesados, cobertos por parapeitos a prova de balas e granadas; a segunda exige inacessibilidade [...] *não há nada na primeira qualidade necessariamente envolvendo a última* (TOTTEN, 1840 apud ROBINSON, 1977. Grifo nosso).

Ou seja, a proteção por todos os lados não era uma característica essencial para a defesa de comunidades costeiras, de forma que podia ser, e era, dispensada em vários casos. Por outro lado, a razão cultural da difusão desse tipo de estrutura talvez fosse mais importante: as baterias abertas são pontos para a defesa ou ataque a um ponto específico, como um ancoradouro, uma passagem de rio ou uma estrada, sendo, contudo, muito vulneráveis se atacadas por seu flanco e, principalmente, por sua parte de trás. No entanto, são obras simples, pouco custosas, fáceis e rápidas de fazer, não exigindo conhecimentos técnicos para sua realização. Como o perigo mais real que a maior parte das comunidades costeiras, afora as capitais, temia era a incursão de piratas, corsários ou de pequenos navios de guerra inimigos, uns poucos canhões em uma

bateria podiam servir para repelir um ataque ou, mais importante, dissuadir que a incursão inimiga fosse sequer tentada.



Planta do forte de Santana do Estreito, Florianópolis, SC, também chamado de “fortaleza de Santana”. Tombado pelo IPHAN (Processo 155-T-38, inscrito, em 24 de maio de 1938, nos livros do Tombo de Belas Artes e Histórico). A construção é, na verdade, uma bateria, não sendo defensável na sua parte de trás, onde ficam os quartéis. Não é um reduto, pois a plataforma, a posição dos canhões, aponta para vários ângulos (Acervo do AHEx).

Tais fatores se tornavam importantes na estratégia defensiva adotada por Portugal para o Brasil: os assuntos militares eram planejados, executados e financiados com recursos recolhidos localmente pelas câmaras dos municípios, com um mínimo de intervenção de Lisboa. Como gastos militares não eram vistos como essenciais, havia uma resistência das câmaras em fazer grandes despesas com defesa, tornando-se as baterias uma solução comum, que dava um mínimo de segurança, ao mesmo tempo não sendo um encargo muito pesado para as comunidades locais. Dessa forma, das 66 fortificações tombadas pelo IPHAN, isoladamente ou em conjunto (ROSA, 2014), 21 delas podem ser classificadas como baterias, apesar de não terem esse nome.



Fortim ou bateria da costa, Porto Seguro, BA, (Processo 800-T-68, inscrito, em 01 de março de 1973, nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), formada por muros finos e baixos e armada com três canhões, pode ser considerada como típica das dezenas de fortificações feitas para proteger as comunidades da costa contra ataques de piratas ou pequenos navios. Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

Por razões semelhantes, a facilidade de construção e pouco custo fizeram com que, na República, quando o sistema de fortificações colonial foi desativado, a defesa costeira ficasse a cargo de baterias, construídas entre 1902 e 1914, mesmo que elas tenham sido chamadas de “fortes”: as obras feitas, em Óbidos (PA), Macaé (RJ), Angra dos Reis (RJ), Santos (SP), Coimbra (MS), São Francisco do Sul e Florianópolis (SC) eram posições abertas de canhões, sem proteção contra ataques por terra, como as antigas baterias costeiras coloniais. A única exceção foram as defesas do Rio de Janeiro, então a capital do Brasil, com fortificações mais completas.



Forte da Serra da Escama, Óbidos, Pará (Processo 1.028-T-80, tombado em 2014, ainda não inscrito). Típico das baterias construídas na República, compostas de posições isoladas de canhões.

Fontes Consultadas

BIBLIEX (BIBLIOTECA DO EXÉRCITO). *Dicionário militar brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1503-2006*. 2º vol. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2013.

ROBINSON, Willard Bethure. *American forts: form and function*. Fort Worth, Armon Carter Museum of Western Art, 1977.

ROSA, Thais Felipe. *Ruínas do Forte São Joaquim: o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural*. 2014. 279 f. Dissertação. (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

TOTTEN. Joseph Gilbert. *Report on the defenses of the Atlantic frontier, from Passamaquoddy to the Sabine*, 26th Congress, 1st session, May 12, 1840.

Como citar: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Bateria. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.